



2º SIMULADO ESPECIAL

TJ CE

**Oficial De Justiça
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-CE**, cargo de **Oficial de Justiça**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/La5VqZ6Mm4s2b52G9>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4wrcovB>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01****Herança**

Tenho os olhos da minha mãe

As unhas da minha mãe

Os dentes da minha mãe

E o pavor da minha avó

Não adoro senão a deus

Não gozo senão inferno

Não mostro senão puta

Não vivo senão herege

Não fale senão blasfêmia

Não peça senão perdão

Não queira senão padece

Não sinta senão culpa.

Ju Pavão

1. No poema, a progressão de "Tenho os olhos da minha mãe / As unhas da minha mãe / Os dentes da minha mãe / E o pavor da minha avó" para a segunda estrofe "Não adoro senão a deus / Não gozo senão inferno..." estabelece uma relação semântica de

- a) continuidade harmoniosa, em que a herança física se desdobra naturalmente em herança espiritual positiva.
- b) ruptura qualitativa, marcando a transição de herança aceitável e moralmente neutra para herança condenável e existencialmente negativa.
- c) equivalência absoluta, sugerindo que características físicas e espirituais possuem igual importância na constituição da identidade.
- d) inversão irônica, na qual a autora celebra a herança espiritual como compensação pela herança física inadequada.
- e) subordinação hierárquica, em que a herança espiritual é apresentada como consequência inevitável da herança física.

2. Os versos "Não adoro senão a deus / Não gozo senão inferno" pressupõem uma contradição fundamental que revela

- a) que o eu-lírico é hipócrita, pois afirma adorar deus enquanto vive em pecado.
- b) que o eu-lírico busca perdão divino para seus pecados, esperando redenção futura.
- c) que o eu-lírico rejeita completamente a religião e não acredita em deus ou inferno.
- d) que a vida espiritual da autora é equilibrada entre fé e dúvida, criando tensão produtiva.
- e) que a adoração divina não garante salvação, mas resulta em condenação existencial — a fé não redime, apenas aprisiona.

3. A ausência de pontuação (vírgulas, pontos, exclamações) entre as linhas do poema exerce função estilística de

- a) criar ambiguidade sintática que impede compreensão clara do significado das heranças.
- b) facilitar leitura rápida e descontraída, apropriada ao tom confessional do poema.
- c) marcar continuidade e fluxo obsessivo, criando efeito de enumeração inescapável onde a herança se acumula sem pausa ou respiro.
- d) indicar que o poema é inacabado e requer complementação pelo leitor.
- e) sugerir que as linhas são independentes e não relacionadas entre si.

Texto 02

Embora o século XXI tenha sido acidentado, também nos trouxe inovações científicas e tecnológicas monumentais que mudaram o nosso mundo para melhor. Avanços na medicina permitiram a criação de curas genéticas inéditas, a energia de fusão aproximou-se mais da realidade, aprendemos mais sobre o passado antigo da Terra e, no campo da astronomia, vislumbramos coisas que outrora pareciam impossíveis, nomeadamente um buraco negro.

O LiDAR, que significa Light Detection and Ranging, é um sistema de detecção remota, que recebe a luz laser devolvida pelas superfícies para criar mapas 3D rigorosos.

Esta técnica tornou-se amplamente acessível e prática para a realização de levantamentos arqueológicos ao longo das últimas duas décadas, conduzindo uma avalanche de descobertas sobre culturas e povoados do passado.

Por exemplo, os arqueólogos detectaram centenas de povoados previamente desconhecidos na Mesoamérica, revelando igualmente estruturas novas e fascinantes em sítios já conhecidos como Angkor Wat, no Camboja. O LiDAR tem sido revolucionário, sobretudo em regiões cobertas de folhagem densa ou zonas selvagens e isoladas, como a Mesoamérica e a Bacia Amazônica, espreitando sob a copa das árvores em busca de estruturas antigas.

Nenhuma das descobertas irá, remotamente, descobrir provas incontestáveis de vida extraterrestre e as três geraram polêmica nos anos que se seguiram – uma reação que será, provavelmente, a norma à medida que descobertas semelhantes se forem sucedendo ao longo dos próximos anos. Mas embora estes resultados permaneçam inconclusivos, demonstram que a busca por vida extraterrestre começa a estar assente num corpo crescente de provas empíricas e não em mera teoria e especulação.

Adaptado de <https://www.nationalgeographic.pt/ciencia/maiores-avancos-cientificos-ultimos-25-anos_6707>.

4. No trecho "Embora o século XXI tenha sido acidentado, também nos trouxe inovações científicas e tecnológicas monumentais que mudaram o nosso mundo para melhor", o vocábulo "monumentais" designa

- a) estruturas arquitetônicas de grande porte construídas para comemorar eventos históricos.
- b) inovações de grande magnitude e importância transformadora, que deixaram marca profunda na história da humanidade.
- c) descobertas que foram documentadas em monumentos ou inscrições históricas.
- d) avanços científicos que ocorreram em locais geograficamente específicos e identificáveis.
- e) inovações que receberam reconhecimento oficial de instituições governamentais internacionais.

5. De acordo com o texto, a relação entre as descobertas científicas mencionadas (curas genéticas, energia de fusão, conhecimento sobre o passado da Terra, observação de buracos negros) e a tecnologia LiDAR caracteriza-se por

- a) equivalência absoluta, pois todas as descobertas foram realizadas exclusivamente através da tecnologia LiDAR.
- b) subordinação hierárquica, em que o LiDAR é apresentado como a mais importante de todas as inovações mencionadas.
- c) exemplificação progressiva, em que o LiDAR é um exemplo específico que ilustra o tipo de inovação científica mencionada genericamente no parágrafo inicial.
- d) independência temática, pois as descobertas do parágrafo inicial não possuem relação com a tecnologia LiDAR.
- e) contradição argumentativa, em que o LiDAR refuta as afirmações sobre avanços em medicina e astronomia.

6. No trecho "O LiDAR, que significa Light Detection and Ranging, é um sistema de detecção remota, que recebe a luz laser devolvida pelas superfícies para criar mapas 3D rigorosos", a estrutura destacada exerce função sintática de:

- a) oração subordinada adjetiva explicativa que especifica qual tipo de sistema de detecção remota é o LiDAR.
- b) oração subordinada adjetiva restritiva que adiciona informação não essencial sobre o funcionamento do LiDAR.
- c) aposto reduzido que redefine o sentido de "sistema de detecção remota".
- d) oração subordinada substantiva completiva que complementa o verbo "significa".
- e) oração subordinada adverbial modal que descreve como o LiDAR é utilizado em arqueologia.

7. No período "Esta técnica tornou-se amplamente acessível e prática para a realização de levantamentos arqueológicos ao longo das últimas duas décadas, conduzindo uma avalanche de descobertas sobre culturas e povoados do passado", a forma verbal "conduzindo" no gerúndio estabelece relação de

- a) concessão, indicando que apesar da acessibilidade, houve poucas descobertas.
- b) consequência ou resultado, mostrando que a acessibilidade da técnica resultou em avalanche de descobertas.
- c) causa, explicando que as descobertas causaram a acessibilidade da técnica.
- d) condição, sinalizando que as descobertas dependem da acessibilidade da técnica.
- e) tempo, localizando as descobertas em momento posterior à acessibilidade.

8. A estratégia argumentativa do texto, ao afirmar que "Nenhuma das descobertas irá, remotamente, descobrir provas incontestáveis de vida extraterrestre e as três geraram polêmica nos anos que se seguiram", funciona como

- a) refutação da importância das descobertas mencionadas, negando seu valor científico.
- b) concessão estratégica que reconhece limitações das descobertas, mas reafirma sua importância ao demonstrar progresso metodológico.
- c) exemplificação concreta de como as descobertas científicas são sempre controversas.
- d) apelo emocional que busca comover o leitor sobre as dificuldades da pesquisa científica.
- e) digressão temática que abandona a discussão sobre inovações para abordar controvérsias políticas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

9. Durante a organização de um mutirão de atendimento social do Tribunal de Justiça, cinco assistentes sociais — Amanda, Bianca, Carolina, Daniela e Elisa — foram designadas para atuar em cinco municípios fictícios: Alvorada, Bonfim, Cedro, Diamante e Esperança, sendo uma profissional para cada município.

Sabe-se que:

- Carolina atuará exatamente um município após Daniela, considerando a ordem Alvorada, Bonfim, Cedro, Diamante e Esperança.
- Daniela atuará em Bonfim.
- Elisa atuará em Esperança.
- Bianca não atuará em Alvorada nem em Cedro.
- Amanda atuará em município anterior ao de Elisa.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) Amanda atuará em Cedro.
- b) Bianca atuará em Diamante.
- c) Carolina atuará em Esperança.
- d) Daniela atuará em Diamante.
- e) Elisa atuará em Cedro.

10. Em determinado setor do Tribunal, quatro processos (P, Q, R e S, nessa ordem) deverão ser analisados por quatro servidores diferentes (Alberto, Bruno, Cláudia e Débora), obedecendo às seguintes condições:

- Cada servidor analisará apenas um processo.
- Alberto não poderá analisar P.
- O processo R será analisado por um servidor cujo nome vem alfabeticamente antes do responsável por S.
- Bruno analisará um processo anterior ao de Débora.
- Cláudia analisará Q.

Com base nessas informações, é necessariamente verdadeiro que

- a) Alberto analisará S.
- b) Bruno analisará S.
- c) Débora analisará R.
- d) Alberto analisará R.
- e) Bruno analisará R.

11. Um projeto social distribuiu recursos financeiros para três instituições na razão de 5 : 7 : 8. Após a distribuição, verificou-se que a instituição que recebeu a maior quantia recebeu R\$ 18.000,00 a mais do que a instituição que recebeu a menor. O valor total distribuído foi de

- a) R\$ 72.000,00
- b) R\$ 96.000,00
- c) R\$ 108.000,00
- d) R\$ 112.000,00
- e) R\$ 120.000,00

12. Um relatório estatístico apresentou o número de atendimentos realizados por cinco equipes durante uma semana.

Equipe	Atendimentos
A	36
B	41
C	39
D	44
E	50

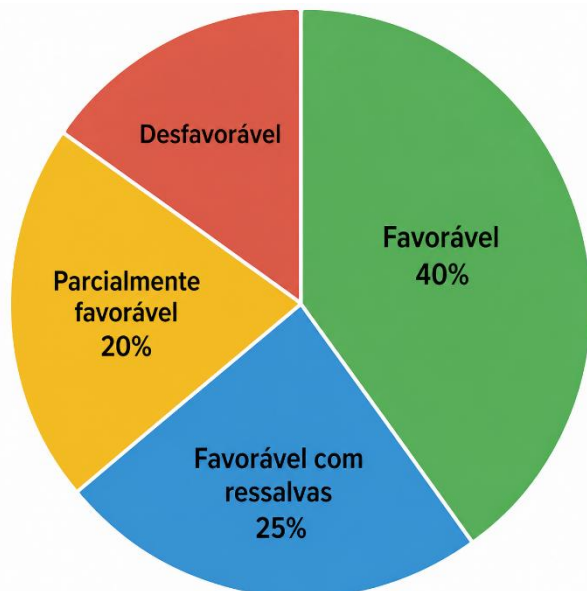
Analise:

- I. A média aritmética é igual a 42.
- II. A mediana é igual a 41.
- III. O desvio médio é igual a 6.

Está correto o que se afirma em

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) I e II apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I, II e III.

13. O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual dos pareceres emitidos por uma equipe multidisciplinar em determinado mês.



Sabendo que foram emitidos 360 pareceres no período, a diferença entre a quantidade de pareceres favoráveis e desfavoráveis foi de

- a) 54
- b) 72
- c) 90
- d) 108
- e) 126

14. Considere a seguinte situação. Uma equipe realizou entrevistas sociais durante cinco dias consecutivos.

- Na segunda-feira foram realizadas 20 entrevistas.
- Na terça-feira, houve aumento de 25% em relação à segunda-feira.
- Na quarta-feira, o número foi 20% menor que o da terça-feira.
- Na quinta-feira, houve aumento de 50% em relação à quarta-feira.
- Na sexta-feira, foram realizadas 10 entrevistas a menos que na quinta-feira.

A média diária de entrevistas realizadas durante os cinco dias foi

- a) 23
- b) 24
- c) 25
- d) 26
- e) 27

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º)

Lilian Novakoski

15. Nos termos da Lei nº 10.048/2000, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência a prioridade de atendimento à pessoa com deficiência:

- a) assegura preferência apenas no atendimento realizado por órgãos públicos.
- b) limita-se aos casos de deficiência física permanente.
- c) compreende atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público, observando protocolos médicos em serviços de emergência.
- d) depende da apresentação de laudo médico expedido há, no máximo, noventa dias.
- e) aplica-se exclusivamente às pessoas com deficiência com mobilidade reduzida

16. Com fundamento no art. 6º da Resolução CSJT nº 386/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A capacitação sobre acessibilidade e inclusão destina-se exclusivamente aos integrantes das Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão, por serem os responsáveis pela implementação da Política.
- b) A Política prevê que os editais de concursos públicos da Justiça do Trabalho assegurem igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência, inclusive mediante fornecimento de tecnologia assistiva ou adaptações necessárias, além da inclusão de disciplina sobre os direitos das pessoas com deficiência.
- c) A participação de pessoas com deficiência nas campanhas de conscientização é facultativa, cabendo às unidades de comunicação social definir sua conveniência.
- d) A exigência de aptidão plena para o exercício do cargo é admitida quando prevista no edital do concurso público, desde que fundamentada nas atribuições do cargo.
- e) A adaptação razoável e o desenho universal são exigidos apenas durante a realização das provas dos concursos públicos, não se aplicando às ações de formação e capacitação de magistrados e servidores.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

17. Heitor, servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi lotado em unidade que atende município do interior que não constitui sede de comarca, no qual existe um distrito judiciário em acentuado crescimento populacional e econômico. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 16.397/2017 sobre a divisão do território estadual para fins de administração do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) A implantação de sede de comarca no município é automática, pois a lei determina que em cada município haverá sede de comarca, ficando dispensada a apuração, pelo Tribunal de Justiça, do cumprimento dos requisitos legais.
- b) Para fins de administração do Poder Judiciário estadual, o território do Ceará divide-se em distritos judiciários, os quais, por sua vez, se subdividem em comarcas sedes e comarcas vinculadas.
- c) Por constituir circunscrição correspondente a município que não é sede de comarca, a comarca vinculada conserva jurisdição própria e distinta da comarca implantada a que se liga, permanecendo os serviços judiciais afetos a juízo local independente.
- d) O distrito judiciário que, a critério do Tribunal de Justiça, atenda a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos contará com um ofício de registro civil de pessoas naturais, a ser criado por ato do próprio Tribunal, e com um juizado de paz.
- e) O município em que Heitor atua qualifica-se como comarca vinculada, formando com a respectiva comarca sede uma única jurisdição, a cujo juízo ficam afetos os serviços judiciais, e o distrito judiciário nele existente somente contará com ofício de registro civil de pessoas naturais, criado por lei, e com juizado de paz se, a critério do Tribunal de Justiça, atender a adequados requisitos populacionais e socioeconômicos.

18. Renata, juíza de direito titular de vara instalada em comarca de entrância intermediária do interior cearense, foi informada de que a unidade alcançou população de 120.000 habitantes e média anual de 5.400 casos novos no último triênio, tendo sido deflagrado o procedimento de elevação da comarca à entrância final. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 16.397/2017 sobre a classificação das comarcas por entrâncias, assinale a alternativa correta.

- a) Para a elevação da comarca de entrância intermediária para final, a lei exige população mínima de 30.000 habitantes e média anual de casos novos, considerado o último triênio ao da elevação, igual ou superior a 2.200 feitos.
- b) Elevada a comarca, Renata tem assegurado o direito de permanecer nas respectivas funções até ser removida ou promovida, com percepção da diferença de subsídios, podendo, por ocasião de pedido de promoção, requerer que esta se efetive na própria unidade de que era titular.
- c) Preenchidos os requisitos legais de população e demanda, a elevação da comarca será efetivada mediante Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com a aprovação por 2/3 de seus membros, sempre que necessário para a melhoria da prestação jurisdicional.
- d) A elevação da comarca efetivada por ato do Tribunal de Justiça, nos termos do §4º do art. 20, impede o pagamento da gratificação de estímulo à interiorização (GEI) aos magistrados da unidade elevada.
- e) O quantitativo mínimo de habitantes previsto nos incisos I e II do art. 20 poderá ser alterado mediante Resolução do Pleno do Tribunal de Justiça, com a aprovação por 2/3 de seus membros.

19. Considerando as disposições da Lei nº 9.826/1974, Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará, sobre sanções disciplinares, suspensão preventiva, licença e inspeção médica, assinale a alternativa correta.

- a) A repreensão será aplicada sempre por escrito ao funcionário que cometer falta leve não cominável com outro tipo de sanção, independentemente do caráter primário da conduta.
- b) Por conveniência do serviço, a suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 25% por dia de vencimento, hipótese em que o funcionário ficará obrigado a permanecer em exercício.
- c) A suspensão preventiva será ordenada pela autoridade que determinar a abertura do inquérito administrativo, não ultrapassará o prazo de 90 dias e somente será determinada quando o afastamento do funcionário for necessário para que, como indiciado, não venha a influir na apuração de sua responsabilidade.
- d) O funcionário que recusar a inspeção médica determinada pela autoridade competente ficará sujeito à suspensão disciplinar, por prazo não superior a 90 dias.
- e) No curso de licença, o funcionário poderá exercer atividade remunerada, desde que desempenhada fora do horário de expediente, sem risco de interrupção da licença ou de perda dos vencimentos.

20. Otávio, servidor lotado no setor de gestão de pessoas de órgão do Poder Executivo cearense, precisa instruir requerimentos de reingresso apresentados por ex-funcionários e por funcionários em disponibilidade. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.826/1974 sobre o reingresso no Sistema Administrativo Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Reintegrado o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, com direito a indenização pelo período em que o exerceu, ou ficará como excedente da lotação.
- b) São condições essenciais para que a reversão se efetive que o aposentado não haja completado 70 anos de idade, que o inativo seja julgado apto em inspeção médica e que a Administração considere de interesse do Sistema Administrativo o reingresso do aposentado na atividade.
- c) Na ocorrência de vagas nos quadros de pessoal do Estado, o aproveitamento terá precedência sobre todas as demais formas de provimento, inclusive as destinadas à promoção e ao acesso.
- d) O funcionário em disponibilidade que, expressamente cientificado do ato de aproveitamento, não tomar posse no prazo legal terá o aproveitamento tornado sem efeito e a disponibilidade cassada, salvo doença comprovada em inspeção médica, convertendo-se a disponibilidade em aposentadoria se provada a incapacidade definitiva.
- e) A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado e, caso este tenha sido extinto, o funcionário será aproveitado em cargo de vencimentos e atribuições equivalentes, vedado o restabelecimento do cargo extinto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Emerson Bruno*

21. Com relação aos remédios constitucionais previstos no art. 5º da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, em razão de ilegalidade ou abuso de poder.
- b) O mandado de segurança destina-se à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando a ilegalidade ou abuso de poder for praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) O mandado de injunção será concedido sempre que houver ameaça de violação a direito líquido e certo por ato ilegal ou abusivo praticado por autoridade pública.
- e) O habeas data pode ser concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como para a retificação desses dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

22. A Constituição Federal de 1988 estabelece um rol de competências administrativas atribuídas à União, relacionadas à atuação do Estado brasileiro em matérias de interesse nacional, como defesa, relações internacionais, sistema monetário, telecomunicações e serviços públicos. Considerando o disposto no art. 21 da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
- b) Compete à União declarar a guerra e celebrar a paz.
- c) Compete à União permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- d) Compete à União assegurar a defesa nacional.
- e) Compete à União explorar os serviços de telecomunicações, sendo vedada, em qualquer hipótese, sua prestação por particulares.

23. A Constituição Federal assegura aos magistrados garantias institucionais destinadas a preservar a independência do Poder Judiciário e a imparcialidade no exercício da função jurisdicional. À luz do disposto no art. 95 da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os juízes gozam das garantias da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de subsídio.
- b) A garantia da inamovibilidade é absoluta, não admitindo qualquer exceção, ainda que presente relevante interesse público.
- c) No primeiro grau de jurisdição, a vitaliciedade é adquirida após dois anos de exercício.
- d) Durante os dois primeiros anos de exercício, a perda do cargo do juiz depende de deliberação do tribunal ao qual ele estiver vinculado.
- e) Após a aquisição da vitaliciedade, a perda do cargo do magistrado somente pode ocorrer por sentença judicial transitada em julgado.

24. A Constituição Federal disciplina aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do Poder Judiciário, estabelecendo regras sobre sua atuação institucional, inclusive no que se refere à gestão de recursos públicos e à elaboração de seu orçamento. Considerando as disposições constitucionais acerca da matéria, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Poder Judiciário possui autonomia administrativa e financeira.
- b) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) No âmbito da União, compete aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores encaminhar a proposta orçamentária, com aprovação dos respectivos tribunais.
- d) No âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, compete aos Presidentes dos Tribunais de Justiça encaminhar a proposta orçamentária, com aprovação dos respectivos tribunais.
- e) A proposta orçamentária do Poder Judiciário é elaborada pelo Poder Executivo, que a encaminha ao Poder Legislativo independentemente da atuação dos tribunais.

25. A Constituição Federal disciplina a estrutura e as atribuições das instituições que integram as Funções Essenciais à Justiça. À luz dessas disposições constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) A Advocacia-Geral da União representa a União judicial e extrajudicialmente, diretamente ou por meio de órgão a ela vinculado.
- c) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- d) A atuação da Defensoria Pública restringe-se à defesa judicial dos direitos individuais dos necessitados, sendo vedada sua atuação extrajudicial e na tutela de direitos coletivos.
- e) A assistência prestada pela Defensoria Pública aos necessitados deve ocorrer de forma integral e gratuita, nos termos da Constituição Federal.

26. A Constituição Federal estabelece as espécies tributárias que podem ser instituídas pelos entes federativos, bem como prevê regras relacionadas à tributação, à capacidade contributiva e às limitações aplicáveis às taxas. Considerando o disposto no art. 145 da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As taxas podem ter a mesma base de cálculo dos impostos, desde que instituídas para remunerar serviço público específico e divisível.
 - b) As taxas podem ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - c) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
 - d) Para conferir efetividade ao princípio da capacidade contributiva, a administração tributária poderá identificar, nos termos da lei e respeitados os direitos individuais, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
 - e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria.
-

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

27. Fernanda, servidora de determinado Tribunal de Justiça, lotada na Ouvidoria do órgão, recebeu solicitação de um cidadão que desejava obter certidão e cópia de processo administrativo pendente de decisão no qual figurava como interessado. A chefe de seção de Fernanda negou o fornecimento da certidão, afirmando que o acesso ao feito era restrito aos advogados constituídos. Fernanda questionou se a negativa seria compatível com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Com base no art. 37 da CF/88 e na legislação sobre acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- a) A negativa é correta, pois o princípio da legalidade permite à Administração restringir o acesso a documentos processuais apenas a quem estiver representado por advogado.
- b) O cidadão tem direito à certidão em qualquer estágio do processo, pois o princípio da publicidade garante o acesso a informações de interesse particular, salvo nas hipóteses de sigilo expressamente previstas em lei.
- c) A negativa é legítima, embora por outro fundamento, visto que o direito de acesso aos documentos utilizados como fundamento da tomada de decisão será assegurado apenas com a edição do ato decisório respectivo.
- d) O cidadão somente terá acesso à certidão após decisão judicial que determine o fornecimento, pois processos administrativos com informações pessoais são de acesso restrito.
- e) A negativa está correta, pois o princípio da impessoalidade exige que todos os cidadãos sejam tratados de forma idêntica, não podendo haver certidões individualizadas.

28. O Tribunal de Justiça do Ceará pretende contratar renomado jurista para ministrar palestra sobre "Os desafios do Processo Civil nos Tribunais de Justiça" para seus servidores e magistrados, atividade de natureza intelectual, dada a notória especialização do palestrante. A Assessoria Jurídica consultou sobre a possibilidade de contratação direta, cujo custo é estimado em R\$ 75 mil. Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta à luz da Lei nº 14.133/2021.

- a) A contratação é passível de dispensa de licitação, pois o valor do contrato é inferior ao limite estabelecido para serviços em geral.
- b) A contratação é passível de inexigibilidade de licitação, com fundamento na inviabilidade de competição, inobstante o jurista está impossibilitado de subcontratar o serviço.
- c) A contratação somente poderia ocorrer mediante licitação, pois serviços intelectuais não se enquadram nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade.
- d) A contratação é possível por dispensa de licitação, pois o Tribunal de Justiça está autorizado a dispensar licitações em qualquer contratação de natureza intelectual.
- e) A contratação direta só seria possível mediante inexigibilidade de licitação, admitindo-se a subcontratação até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

29. O Tribunal de Contas da União (TCU) instaurou tomada de contas especial contra servidor da administração federal indireta, que causou dano ao erário. Ao final do processo, aplicou-lhe multa e determinou o ressarcimento do débito apurado. O servidor, em sua defesa, alegou que o TCU não poderia aplicar sanções sem autorização do Poder Judiciário, por ausência de função jurisdicional. Sobre a natureza e os limites da atuação do TCU, assinale a alternativa correta.

- a) O TCU possui função jurisdicional plena, podendo suas decisões substituir definitivamente as sentenças do Poder Judiciário nos casos de responsabilização por danos ao erário.
- b) As decisões do TCU que imputam débito ou aplicam multa sujeitam-se, obrigatoriamente, a reexame pelo Poder Judiciário antes de se tornarem exigíveis
- c) O TCU não pode aplicar multas diretamente, cabendo-lhe apenas comunicar irregularidades ao Ministério Público para ajuizamento de ação de responsabilidade.
- d) O TCU exerce função de controle externo da Administração, possui natureza administrativa e não jurisdicional, mas suas decisões têm eficácia de título executivo, podendo ser executadas judicialmente pela Fazenda Pública.
- e) O TCU somente pode exercer controle sobre os atos da Administração direta federal, sendo vedada sua atuação sobre entes da Administração indireta.

30. Carlos interpôs recurso administrativo contra decisão que lhe negou licença ambiental para instalação de empreendimento. O recurso foi recebido pela autoridade que proferiu a decisão, que, ao invés de reconsiderar ou encaminhá-lo ao órgão superior competente, arquivou sumariamente o expediente, sem qualquer comunicação ao interessado. Sobre o procedimento correto a ser adotado segundo a Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade recorrida tem poderes para arquivar o recurso se entender que não há fundamento, independentemente de comunicação ao recorrente.
- b) O recurso somente pode ser conhecido pela autoridade superior, cabendo à autoridade recorrida autuar o expediente e remetê-lo imediatamente, sem possibilidade de reconsideração.
- c) Diante do arquivamento irregular, Carlos deverá ingressar diretamente com ação judicial, pois a omissão da autoridade não admite qualquer outra forma de impugnação pela via administrativa.
- d) A autoridade recorrida tem prazo de 30 dias para deliberar sobre o recurso e pode arquivá-lo sem motivação, pois os recursos administrativos não geram efeito suspensivo automático.
- e) A autoridade recorrida deve, no prazo de 5 dias, tomar uma de três providências: reconsiderar sua decisão, manter a decisão e encaminhar o recurso à autoridade superior ou reconhecer seu não conhecimento, sempre com motivação.

31. Rodrigo, preso preventivo custodiado em estabelecimento penitenciário estadual, foi agredido por outros detentos e sofreu lesões corporais graves. A família de Rodrigo ajuizou ação de indenização contra o Estado, que, em sua defesa, alegou que não havia como prever o ataque. Sobre a responsabilidade civil do Estado nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do Estado é subjetiva, pois a omissão estatal em casos de agressão entre detentos exige comprovação de culpa do agente público responsável pela custódia.
- b) O Estado não responde civilmente por agressões praticadas entre detentos, pois o dano foi causado por terceiros e não por agentes públicos.
- c) O Estado responde objetivamente pelos danos causados a preso sob sua custódia, fundada na teoria do risco administrativo, cabendo ao Estado o ônus de demonstrar eventual causa excludente da responsabilidade para se eximir do dever de indenizar.
- d) A responsabilidade do Estado só se configura se comprovada a prévia ciência da possibilidade de agressão e inércia dolosa dos agentes responsáveis pela segurança.
- e) O Estado possui responsabilidade objetiva apenas nos casos em que o dano seja causado diretamente por agente público identificado, sendo subjetiva a responsabilidade por atos de terceiros dentro de estabelecimento penitenciário.

32. A empresa ManusLevis foi punida pelo Estado do Ceará com a sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública. Nos termos estabelecidos na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) é cabível a reabilitação da ManusLevis após o transcurso do prazo mínimo de 6 meses.
- b) impedirá a empresa de licitar ou ser contratada no âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos.

- c) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 1 ano.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Estado do Ceará.
- e) poderá ser cumulada com quaisquer outras sanções previstas em Lei.

33. A União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, celebrou contrato de concessão com empresa privada para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em determinada região cearense. Após cinco anos de vigência contratual, a concessionária passou a prestar serviço deficiente, com apagões frequentes e alta nas tarifas sem autorização regulatória. O Poder Concedente iniciou processo de caducidade. Sobre a caducidade na concessão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A caducidade é sanção aplicável ao concessionário que descumpre cláusulas contratuais ou legais e dispensa o pagamento de indenização ao concessionário, visto que decorreu de culpa deste.
- b) A declaração de caducidade exige prévia instauração de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao concessionário, sendo devida indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, deduzidas as multas e danos causados ao Poder Concedente.
- c) A caducidade somente pode ser declarada judicialmente, sendo vedado ao Poder Concedente proceder à extinção da concessão por decisão administrativa unilateral.
- d) O Poder Concedente poderá declarar a caducidade sem prévia notificação ao concessionário, desde que caracterizado risco imediato à continuidade do serviço público.
- e) A caducidade da concessão impede a imediata assunção do serviço pelo Poder Concedente, que deverá aguardar nova licitação para evitar descontinuidade.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

34. Com relação à aplicação da lei no espaço, assinale a alternativa correta.

- a) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do país em que foi celebrado.
- c) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- d) A lei do último domicílio do *de cujus* regula a capacidade para suceder.
- e) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro, no que diz respeito aos ônus e meios de produção probatória, rege-se pela lei do país em que se der o julgamento.

35. Toda vez que a lei proibir a prática do negócio jurídico, sem cominar sanção, o negócio em questão será:

- a) Nulo, não se sujeitando nem a prescrição nem a decadência.
- b) Nulo, sujeitando-se ao prazo prescricional de 10 anos, a contar da realização do negócio jurídico.
- c) Anulável, sujeitando-se ao prazo decadencial de 4 anos, a contar da realização do negócio jurídico.
- d) Anulável, sujeitando-se ao prazo decadencial de 2 anos, a contar da realização do negócio jurídico.
- e) Válido, porém ineficaz.

36. André obrigou-se, através de contrato escrito, a entregar três cavalos ou três bois a Manoel. O contrato era omissivo quanto à parte responsável pela escolha o objeto da prestação.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de uma obrigação facultativa.

- b) A escolha caberá a André.

c) Caso André decida entregar dois cavalos e um boi, Manoel será obrigado a aceitar os referidos animais.

d) Se, por motivo de força maior, os cavalos perecerem antes da escolha, a obrigação se resolverá para ambas as partes, sem perdas e danos.

e) Se, por culpa de André, os cavalos perecerem antes da escolha, a obrigação se resolverá para ambas as partes, sendo devidas perdas e danos a Manoel.

37. Com relação ao contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

a) A compra e venda é contrato consensual, aperfeiçoando-se com o acordo de vontades, independentemente do pagamento do preço ou da entrega do bem.

b) O preço deve ser determinado, sem que se possa deixar sua fixação de acordo com a taxa de mercado ou de bolsa.

c) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

d) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.

e) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

38. Luciano, motorista particular de Mauro, enquanto conduzia o veículo deste no desempenho de sua função, ultrapassou sinal vermelho, vindo a provocar um atropelamento.

Com relação à situação descrita, é correto afirmar que a responsabilidade civil será:

a) Subjetiva para Luciano e subjetiva para Mauro.

b) Subjetiva para Luciano e objetiva para Mauro.

c) Objetiva para Luciano e subjetiva para Mauro.

d) Principal para Mauro e subsidiária para Luciano.

e) Principal para Luciano e subsidiária para Mauro.

39. Paulo é curador de Andressa, interditada por prodigalidade. Ocorre que Paulo e Andressa se apaixonaram e pretendem se casar.

Caso o matrimônio de Paulo e Andressa se consuma, é correto afirmar que se trata de um casamento:

- a) Nulo.
- b) Anulável.
- c) Ineficaz.
- d) Válido, sem qualquer restrição.
- e) Válido, porém submetido ao regime da separação obrigatória de bens.

40. Com relação ao direito das sucessões, é correto afirmar que a transmissão da herança aos herdeiros testamentários se dá:

- a) Com o registro do testamento.
- b) Com morte do *de cujus*.
- c) Com a abertura do inventário.
- d) Com a conclusão do inventário.
- e) Com a conclusão da partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

41. Na audiência de instrução e julgamento,

- a) as testemunhas devem ser ouvidas preferencialmente antes dos peritos e assistentes técnicos.
- b) o juiz tentará conciliar as partes, desde que não tenha ocorrido o emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos.
- c) após a instrução, deve ser concedido o tempo de 15 minutos para cada parte apresentar as suas razões finais orais.
- d) encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 30 (trinta) dias.
- e) o juiz não poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência

42. Paulo foi devidamente citado em ação judicial para pagamento de quantia certa oriunda do contrato por ele garantido por fiança. Com o intuito de incluir o afiançado no processo, Paulo deverá requerer a (o)

- a) denunciação da lide.
- b) chamamento ao processo.
- c) desconsideração da personalidade jurídica.
- d) citação do afiançado na condição de litisconsorte necessário.
- e) ingresso do afiançado na condição de assistente simples.

43. Em determinado processo judicial, o juiz indeferiu a petição inicial por reconhecer a sua inépcia. Irresignado, o autor interpôs apelação nos mesmos autos, requerendo a reforma da sentença de extinção. Não havendo retratação, o juiz deverá

- a) remeter os autos imediatamente ao tribunal para julgamento.
- b) intimar o réu por edital para apresentação de contrarrazões.
- c) mandar citar o réu para responder ao recurso.
- d) não conhecer do recurso, uma vez que a apelação deve ser interposta diretamente no tribunal.
- e) não conhecer do recurso, pois do indeferimento da inicial seria cabível o agravo de instrumento

44. No que concerne à audiência de conciliação e mediação no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) Não se exige que as partes estejam acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.
- b) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- c) Eventual autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por decisão interlocutória.
- d) A intimação do autor para a audiência será feita pessoalmente.
- e) A audiência não será realizada se uma das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.

45. Depois da contestação, não será lícito ao réu deduzir novas alegações

- a) relativas a fatos não comprovados documentalmente.
- b) relativas a direito superveniente.
- c) relativas a fato superveniente.
- d) que o juiz deva conhecer de ofício.
- e) que por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

46. No tocante ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, é correto afirmar que

- a) A prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar junto dos presos comuns.
- b) O cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.
- c) Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.
- d) Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita o juiz pode decretar-lhe a prisão, mas não poderá protestar o pronunciamento judicial, sob pena de bis in idem.
- e) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante não compreende as que se vencerem no curso do processo.

47. Em relação à reclamação, considere:

- I – Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.
- II – A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
- III – O presidente do tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.
- IV – A reclamação pode ser proposta perante qualquer juízo ou tribunal.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

48. Vinícius, no dia 13/04/2026, com a intenção de lesionar, dá vários socos em Carlos. Imediatamente, a vítima é socorrida para o hospital por uma pessoa que passava no local no momento do fato. No dia 18/04/2026, Carlos teve complicações e ficou entubado por 5 dias e no dia 23/04/2026 vem a óbito. De acordo com a situação hipotética, marque a alternativa correta que traga o tempo do crime, com forme a teoria adotada pelo Código Penal.

- a) Dia 13/04/2026.
- b) Dia 23/04/2026.
- c) Dia 18/04/2026.
- d) Pode ser tempo do crime as três datas em conjunto.
- e) Pode ser tempo do crime a data do tempo do resultado.

49. Joaquim, no dia 25/05/2026, com o fim específico de causar sofrimento na ex-companheira, efetua disparos com arma de fogo matando o filho desta. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta

- a) Ele responderá pelo crime de homicídio simples na forma consumada.
- b) Ele responderá pelo crime de vicaricídio na forma consumada.
- c) Ele responderá pelo crime de feminicídio majorado na forma consumada.
- d) Ele responderá pelo crime de feminicídio qualificado na forma consumada.
- e) Ele responderá pelo crime de lesão corporal seguida de morte na forma consumada.

50. Miriam, servidora pública, solicita no exercício da função, cinco mil reais (R\$ 5.000,00) de um particular. A servidora recebe a vantagem indevida e em consequência do recebimento deixa de praticar um ato de ofício. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta que traga o crime praticado Miriam

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva simples.
- c) Corrupção passiva majorada.
- d) Exploração de prestígio.
- e) Conduta atípica.

51. Ricardo, com a intenção de subtrair o relógio de Marcos, hipnotiza este para facilitar a subtração, ficando a vítima impossibilitada de oferecer resistência. Com base nessa situação hipotética é correto afirmar que Ricardo praticou o crime de:

- a) Furto qualificado.
- b) Furto simples.
- c) Roubo com violência imprópria.
- d) Roubo com violência própria.
- e) Apropriação indébita.

52. De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) marque a alternativa correta

- a) Alguns crimes o tipo de ação penal dependerá de representação da parte ofendida.
- b) Dependendo do contexto, o crime de abuso de autoridade pode ser praticado culposamente.
- c) A pena privativa de liberdade não pode ser substituída pelas penas restritivas de direito.
- d) A suspensão do exercício do cargo é um efeito da condenação.
- e) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

53. De acordo com o Código Penal marque a alternativa correta que traga um documento equiparado a documento público:

- a) Cartão de crédito.
- b) Cartão de débito.
- c) Testamento particular
- d) Uma declaração de uma faculdade particular.
- e) Uma declaração de um colégio particular.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Ivo Martins*

54. Após a lavratura de auto de prisão em flagrante por suposto crime de roubo majorado, a autoridade policial instaurou inquérito policial para aprofundar as investigações quanto à participação de outros agentes. Encerradas as diligências, o Ministério Público requereu o arquivamento do inquérito por insuficiência de elementos informativos quanto aos demais investigados. Meses depois, surgiram novas provas consistentes em registros de comunicações telemáticas regularmente obtidos mediante autorização judicial, indicando a participação de outro indivíduo no delito.

À luz do Código de Processo Penal, do sistema acusatório e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) o arquivamento impede definitivamente a retomada das investigações, ainda que surjam novas provas.
- b) o delegado de polícia poderá determinar o desarquivamento do inquérito, independentemente de manifestação ministerial.
- c) o Ministério Público poderá requerer o desarquivamento do inquérito diante da existência de novas provas substancialmente inovadoras.
- d) o juiz poderá determinar, de ofício, o prosseguimento das investigações, em observância ao princípio da busca da verdade real.
- e) encerrado o inquérito policial, eventual reabertura dependerá da prévia instauração de novo procedimento investigatório.

55. Durante investigação relativa ao crime de estelionato praticado mediante fraude eletrônica, verificou-se que a denúncia foi oferecida perante juízo territorialmente incompetente. A defesa deixou de suscitar a incompetência na primeira oportunidade processual, apresentando apenas resposta à acusação quanto ao mérito. Somente

após a instrução processual alegou a incompetência territorial.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A incompetência territorial constitui matéria de ordem pública, podendo ser reconhecida a qualquer tempo.
- b) A ausência de arguição oportuna da incompetência territorial conduz à prorrogação da competência.
- c) A competência territorial possui natureza absoluta e jamais admite prorrogação.
- d) Toda incompetência criminal pode ser reconhecida de ofício em qualquer fase processual.
- e) A competência territorial decorre exclusivamente da natureza da infração penal.

56. No curso da ação penal por crime de associação criminosa, o magistrado verificou, a partir dos elementos constantes dos autos, que o acusado vinha intimidando testemunhas. Embora o Ministério Público não tenha formulado pedido de prisão preventiva, o juiz, entendendo presentes os requisitos legais, decretou a custódia cautelar de ofício.

Considerando a disciplina do Código de Processo Penal e o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada de ofício durante a ação penal.
- b) O juiz poderá decretar prisão preventiva de ofício sempre que presentes os requisitos do art. 312 do CPP.
- c) Após a Lei nº 13.964/2019, a prisão preventiva depende de provocação, ainda que durante a ação penal.
- d) O sistema acusatório somente impede atuação de ofício na fase do inquérito policial.
- e) O princípio da busca da verdade real autoriza a decretação de prisão preventiva de ofício em qualquer fase.

57. No curso de investigação destinada à apuração do crime de estelionato (art. 171, caput, do Código Penal), cuja pena mínima é inferior a quatro anos, verificou-se que o investigado era primário, confessou formal e circunstanciadamente a prática delitiva e inexistiam elementos indicativos de violência ou grave ameaça. Concluído o inquérito policial, o Ministério Público analisou a possibilidade de celebração de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal.

À luz da disciplina legal e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) O preenchimento dos requisitos previstos no art. 28-A do CPP confere ao investigado direito subjetivo à celebração do acordo, sendo vedada qualquer avaliação de conveniência pelo Ministério Público.
- b) O juiz, verificando o preenchimento dos requisitos legais, poderá substituir o Ministério Público e formular diretamente a proposta de ANPP ao investigado.
- c) O ANPP constitui benefício exclusivamente judicial, dependendo apenas da homologação do magistrado, independentemente da manifestação do Ministério Público.
- d) O ANPP poderá ser celebrado em qualquer espécie de infração penal, desde que o investigado seja primário e confesse o delito.
- e) O Ministério Público é o titular da iniciativa para propor o ANPP, cabendo-lhe analisar motivadamente a presença dos requisitos legais e a suficiência da medida para reprovação e prevenção do crime.

58. Durante investigação destinada à apuração de crime de tráfico de drogas, policiais civis ingressaram na residência do investigado sem mandado judicial e sem demonstração de situação de flagrante delito, oportunidade em que apreenderam documentos e aparelhos eletrônicos.

Posteriormente, mediante autorização judicial regularmente fundamentada, foi realizada busca em empresa de armazenamento em nuvem, ocasião em que foram obtidas novas provas independentes da diligência anteriormente realizada.

Considerando a disciplina das provas ilícitas prevista no Código de Processo Penal e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Reconhecida a ilicitude da primeira diligência, todas as provas posteriormente produzidas serão necessariamente ilícitas.
- b) A teoria da fonte independente permite a utilização das provas obtidas por meio autônomo e desvinculado da prova ilícita originária.
- c) O ingresso irregular em domicílio é mera nulidade relativa, sujeita à demonstração de prejuízo.
- d) A cadeia de custódia possui natureza exclusivamente administrativa, não produzindo qualquer repercussão sobre a validade da prova.
- e) A boa-fé subjetiva dos policiais torna lícita a prova obtida mediante ingresso domiciliar ilegal.

59. Durante ação penal pela suposta prática de crime de peculato, o magistrado rejeitou a denúncia por ausência de justa causa, com fundamento no art. 395, III, do Código de Processo Penal. Inconformado, o Ministério Público pretende impugnar a decisão.

Considerando a disciplina dos recursos no Código de Processo Penal e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão que rejeita a denúncia desafia recurso em sentido estrito, por expressa previsão legal.
- b) A decisão que rejeita a denúncia é impugnável por apelação criminal.
- c) O recurso cabível é o agravo em execução.
- d) O Ministério Público deverá impetrar mandado de segurança, por inexistir recurso próprio.
- e) O recurso em sentido estrito possui rol meramente exemplificativo.

60. No curso de ação penal por crime de corrupção passiva, a defesa técnica sustentou, em grau recursal, a nulidade absoluta do processo em razão de alegada deficiência na atuação do advogado constituído durante a instrução criminal. Contudo, não demonstrou concretamente qualquer prejuízo decorrente da atuação defensiva.

À luz do Código de Processo Penal, da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Toda deficiência da defesa técnica gera nulidade absoluta, independentemente da demonstração de prejuízo.
 - b) A deficiência da defesa técnica produz presunção absoluta de prejuízo.
 - c) A ausência completa de defesa e a defesa deficiente recebem exatamente o mesmo tratamento jurídico.
 - d) A deficiência da defesa técnica somente acarretará nulidade quando demonstrado efetivo prejuízo ao acusado.
 - e) O princípio do prejuízo aplica-se exclusivamente às nulidades relativas.
-

Discursiva

Texto Motivador

A complexidade das demandas sociais contemporâneas exige do poder público uma postura que ultrapassa os limites da atuação isolada de seus órgãos. Historicamente, grupos vulneráveis — como mulheres vítimas de violência, crianças e adolescentes em situação de risco, idosos e pessoas em extrema pobreza — enfrentam barreiras multidimensionais para o acesso à justiça e à segurança. Quando o atendimento estatal se mostra fragmentado, a vítima é frequentemente submetida a um circuito de idas e vindas por repartições públicas, o que gera ineficiência e promove a revitimização. O paradigma da governança em rede pressupõe que a proteção integral só se consolida mediante o alinhamento estratégico e operacional entre o Poder Judiciário, os órgãos de segurança pública e os serviços de assistência social e psicologia. Assim, a integração surge não apenas como uma escolha administrativa, mas como um imperativo constitucional para a garantia dos Direitos Humanos.

Comando da Questão

A partir da leitura do texto motivador e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma-padrão da língua portuguesa, com o seguinte tema:

A atuação integrada do Estado na proteção de grupos vulneráveis.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
